

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
---	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	63
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	67
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	476.001.000
Preferenciais	0
Total	476.001.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	2.476.832	2.483.673	2.385.039
1.01	Ativo Circulante	166.976	164.166	263.883
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.213	49.466	26.003
1.01.03	Contas a Receber	25.167	21.578	19.757
1.01.03.01	Clientes	25.167	21.578	19.757
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	25.167	21.578	19.757
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.190	1.876	5.019
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.190	1.876	5.019
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.173	1.845	4.993
1.01.06.01.02	Outros impostos a recuperar	17	31	26
1.01.07	Despesas Antecipadas	763	119	310
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	763	119	310
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	78.643	91.127	212.794
1.01.08.03	Outros	78.643	91.127	212.794
1.01.08.03.01	Contas bancárias vinculadas	6.966	6.554	13.113
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	0	0	378
1.01.08.03.03	Ativo contratual	71.268	83.980	198.746
1.01.08.03.04	Outras contas a receber	409	593	557
1.02	Ativo Não Circulante	2.309.856	2.319.507	2.121.156
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.309.407	2.319.058	2.120.707
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	62.348	59.601	47.814
1.02.01.03.01	Aplicação financeira vinculada	62.348	59.601	47.814
1.02.01.05	Estoques	941	925	0
1.02.01.05.01	Estoque - almoxarifado	941	925	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.246.118	2.258.532	2.072.893
1.02.01.10.03	Ativo contratual	2.245.998	2.258.532	2.072.893
1.02.01.10.04	Deposito judicial	120	0	0
1.02.03	Imobilizado	449	449	449
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	449	449	449

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	2.476.832	2.483.673	2.385.039
2.01	Passivo Circulante	98.951	90.065	99.907
2.01.02	Fornecedores	2.534	2.693	20.766
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.534	2.693	20.766
2.01.02.01.01	Fornecedores	2.534	2.693	20.766
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.316	1.964	2.577
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.316	1.964	2.577
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais	2.316	1.964	2.577
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	63.616	59.803	66.689
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	63.616	59.803	66.689
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	63.616	59.803	66.689
2.01.05	Outras Obrigações	30.485	25.605	9.875
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	219	1.528	8.217
2.01.05.02	Outros	30.266	24.077	1.658
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	28.396	0	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	21.659	0
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	1.370	2.418	1.486
2.01.05.02.05	Outras obrigações	500	0	172
2.02	Passivo Não Circulante	1.457.367	1.464.040	1.433.345
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.001.055	1.007.604	1.022.437
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.001.055	1.007.604	1.022.437
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.001.055	1.007.604	1.022.437
2.02.03	Tributos Diferidos	456.312	456.436	410.908
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	456.312	456.436	410.908
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e contribuição social diferida	241.965	240.263	201.756
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferido	214.347	216.173	209.152
2.03	Patrimônio Líquido	920.514	929.568	851.787
2.03.01	Capital Social Realizado	476.001	476.001	476.001
2.03.04	Reservas de Lucros	444.513	453.567	375.786

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	187.899	260.748	337.168
3.01.01	Receita operacional líquida	187.899	260.748	337.168
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.380	-12.633	-74.856
3.02.01	Custo	-12.380	-12.633	-74.856
3.03	Resultado Bruto	175.519	248.115	262.312
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.002	-10.621	-14.873
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.002	-10.621	-14.873
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	169.517	237.494	247.439
3.06	Resultado Financeiro	-120.132	-97.447	-104.740
3.06.01	Receitas Financeiras	3.973	2.090	4.235
3.06.01.01	Receitas financeiras	3.973	2.090	4.235
3.06.02	Despesas Financeiras	-124.105	-99.537	-108.975
3.06.02.01	Despesas financeiras	-124.105	-99.537	-108.975
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	49.385	140.047	142.699
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.702	-40.607	-46.491
3.08.01	Corrente	0	-2.100	-225
3.08.02	Diferido	-1.702	-38.507	-46.266
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	47.683	99.440	96.208
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	47.683	99.440	96.208
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,1	0,21	0,2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,1	0,21	0,2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	47.683	99.440	96.208
4.03	Resultado Abrangente do Período	47.683	99.440	96.208

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	188.172	147.721	77.015
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-17.111	-69.348	-117.154
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	49.385	140.047	142.699
6.01.01.02	Remuneração do ativo contratual	-256.551	-279.184	-266.460
6.01.01.03	Receita de operação e manutenção - Ativo contratual	-12.265	-17.742	-21.640
6.01.01.04	Receita de construção - Ativo contratual	83.374	0	-90.382
6.01.01.05	Provisões	-758	-16.801	2.236
6.01.01.06	PIS e COFINS diferido	-1.826	7.021	15.166
6.01.01.07	Juros apropriados sobre financiamentos e debêntures	122.535	97.518	103.687
6.01.01.08	Amortização dos custos de transação	907	906	0
6.01.01.09	Rendimento de aplicação financeira vinculada	-1.912	-1.113	-2.460
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	205.677	219.130	194.405
6.01.02.01	Ativo contratual	210.688	226.053	207.907
6.01.02.02	Concessionárias e permissionárias	-3.589	-1.821	3.908
6.01.02.03	Partes relacionadas	-1.309	-6.311	-15.329
6.01.02.04	Adiantamentos diversos	0	-172	-45
6.01.02.05	Outras contas a receber	184	-36	-10
6.01.02.06	Tributos a recuperar	0	3.143	-1.510
6.01.02.07	Despesas antecipadas	-644	191	126
6.01.02.08	Fornecedores	599	-1.272	915
6.01.02.09	Outras obrigações fiscais	746	-652	-2.366
6.01.02.10	Taxas regulamentares	-1.048	932	809
6.01.02.11	Estoque - almoxarifado	-16	-925	0
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-328	0	0
6.01.02.14	Outros impostos a recuperar	14	0	0
6.01.02.15	Depósito judicial	-120	0	0
6.01.02.16	Outras obrigações	500	0	0
6.01.03	Outros	-394	-2.061	-236
6.01.03.01	Contribuição social paga	-394	-2.061	-236

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-177.425	-124.258	-124.051
6.03.01	Financiamentos e debêntures obtidos	0	0	38.620
6.03.02	Pagamentos de principal de financiamento e debêntures	-48.378	-40.781	-31.337
6.03.03	Pagamentos de juros de financiamento e debêntures	-77.800	-79.362	-84.899
6.03.04	Contas bancárias vinculadas	-412	6.559	-1.081
6.03.05	Aplicação financeira vinculada	-835	-10.674	-45.354
6.03.07	Dividendos pagos	-36.352	0	0
6.03.08	Juros sobre capital próprio pagos	-13.648	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.747	23.463	-47.036
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.466	26.003	73.039
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.213	49.466	26.003

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	476.001	0	453.567	0	0	929.568
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	476.001	0	453.567	0	0	929.568
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-28.341	-28.396	0	-56.737
5.04.06	Dividendos	0	0	-36.352	0	0	-36.352
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-13.648	0	0	-13.648
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio a pagar	0	0	0	-28.396	0	-28.396
5.04.09	Reversão de dividendos de ano anterior	0	0	21.659	0	0	21.659
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.683	0	47.683
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.683	0	47.683
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.287	-19.287	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.384	-2.384	0	0
5.06.04	Reserva de Lucros a realizar	0	0	16.903	-16.903	0	0
5.07	Saldos Finais	476.001	0	444.513	0	0	920.514

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	476.001	0	375.786	0	0	851.787
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	476.001	0	375.786	0	0	851.787
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-21.659	0	-21.659
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-21.659	0	-21.659
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	99.440	0	99.440
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	99.440	0	99.440
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	77.781	-77.781	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	77.781	-77.781	0	0
5.07	Saldos Finais	476.001	0	453.567	0	0	929.568

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	476.001	0	279.578	0	0	755.579
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	476.001	0	279.578	0	0	755.579
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.208	0	96.208
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.208	0	96.208
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	96.208	-96.208	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	96.208	-96.208	0	0
5.07	Saldos Finais	476.001	0	375.786	0	0	851.787

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	210.967	290.018	374.062
7.01.02	Outras Receitas	210.967	290.018	374.062
7.01.02.01	Remuneração do ativo contratual	256.551	279.184	266.460
7.01.02.02	Receita de operação e manutenção	12.265	17.742	21.640
7.01.02.03	Receita de construção	-83.374	0	90.382
7.01.02.04	Outras receitas	25.525	-6.908	-4.420
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.382	-23.253	-89.056
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.382	-23.253	-89.056
7.03	Valor Adicionado Bruto	192.585	266.765	285.006
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	192.585	266.765	285.006
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.973	2.090	4.235
7.06.02	Receitas Financeiras	3.973	2.090	4.235
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	196.558	268.855	289.241
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	196.558	268.855	289.241
7.08.01	Pessoal	0	1	673
7.08.01.04	Outros	0	1	673
7.08.01.04.01	Pessoal	0	1	673
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.770	69.877	84.180
7.08.02.01	Federais	24.770	69.877	84.180
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	124.105	99.537	108.180
7.08.03.01	Juros	124.105	99.537	108.180
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	47.683	99.440	96.208
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	47.683	99.440	96.208

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório Anual da Administração

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 ficou marcado pela continuidade da pandemia da COVID-19 e ampliação da vacinação em todo o mundo. Com isso, foi possível observar um início de retomada na maioria dos setores da Economia. Como consequência, o Brasil apresentou um crescimento de 4,6% no PIB, por outro lado, o ano foi marcado pela alta na inflação e das taxas de juros. O IPCA, índice de utilizado no cálculo de reajuste das receitas de JMM, encerrou o ano em 10,06% (5,54 p.p. acima dos 4,52% registrados em 2020). A Taxa Selic fechou o ano em 9,25% a.a. e com tendência de alta. O setor de Transmissão reforçou sua resiliência, sem eventos significativos de inadimplência ou choques sistêmicos. A previsão de investimentos, em decorrência dos leilões ocorridos em 2021, foi de, aproximadamente, R\$ 3,3 bi. O deságio médio ficou acima de 48%, o que indica a alta atratividade do setor para os investidores.

Neste ano, a ANEEL autorizou, através de resolução homologatória (ReA), a construção de reforços nas subestações das concessionárias. O total de investimentos previstos pela ANEEL foi acima de R\$ 104 milhões e a Receita Anual Permitida (RAP) para estes reforços no ciclo 21/22 é superior R\$ 13 milhões.

A companhia encerrou 2021 com uma Receita Operacional Líquida Regulatória em R\$ 211 milhões, o que representa um crescimento de 12,3% quando comparado ao encerramento de 2020, resultante do reajuste contratual anual pela inflação registrada no período de maio/2020 até abril/2021 (8,6%), do reconhecimento da Revisão Tarifária (3,8%), a qual havia sido postergada em razão da COVID-19, e pagamento retroativo em decorrência deste atraso. A concessionária atingiu um EBITDA regulatório de R\$ 194 milhões em 2021, o que representou um aumento de 15,3% em relação ao ano anterior que havia registrado um EBITDA de R\$ 168 milhões, e em uma Margem EBITDA de 91,9%, em comparação à margem de 89,5% aferida em 2020.

Destaca-se que, neste ano, a Companhia manteve o bom desempenho operacional apresentado nos anos anteriores, atingindo 100% de disponibilidade nas linhas de transmissão e parcela variável por Indisponibilidade (PVI) de 0,07% sobre a RAP. Esses números reforçam a importância que a concessionária atribui a qualidade dos serviços de operação e manutenção do ativo.

Em relação ao Resultado Financeiro, a empresa fechou o ano com uma Dívida Bruta de R\$ 1.078 milhões, 0,3% inferior a 2020. O Caixa, incluindo equivalentes e contas restritas, fechou em R\$ 130 milhões resultando em uma Dívida Líquida de R\$ 948 milhões, 1,8% menor que o ano anterior. A Companhia possui um perfil de dívida de longo prazo com apenas 6,0% dos vencimentos no horizonte de 12 meses. A principal exposição da empresa é à TJLP, pelo crédito de longo prazo do BNDES, que representa 56,2% do saldo devedor. O demais 43,8% correspondem à 1ª Emissão de Debêntures da empresa que é atrelada ao IPCA. Destaca-se que em novembro de 2021, a Fitch manteve às Debêntures com um grau AAA.br, com perspectiva estável.

Em 2021, em termos de sua apuração Societária, a companhia apresentou Lucro Líquido de R\$ 47,7 milhões, 52,0% abaixo do resultado do ano anterior e uma Receita Operacional Líquida de R\$ 188 milhões, 27,9% devido ao impacto não recorrente, da revisão da Receita de Construção após o término da implementação da infraestrutura e transferência da gestão da concessão. Importante observar que este evento não tem efeito caixa. A empresa apresentou um Resultado Financeiro 23,3% inferior devido, principalmente, à alta no IPCA sobre o qual 43,8% da dívida está indexada e uma taxa básica de juros (SELIC) em patamares médios inferiores ao IPCA.

Por fim, a Companhia continua reforçando o compromisso com seus pilares estratégicos de crescimento sustentável, disciplina financeira e busca por excelência operacional objetivando sempre a geração de valor ao acionista.

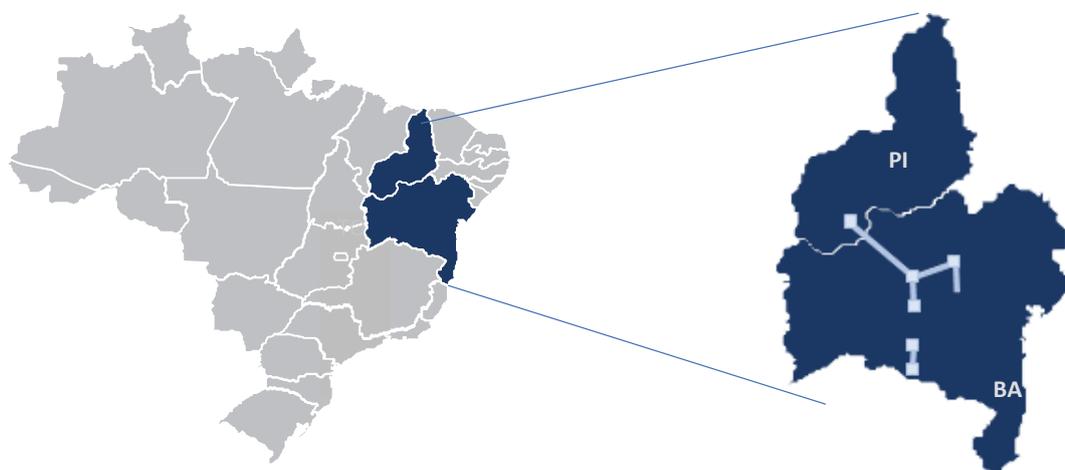
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



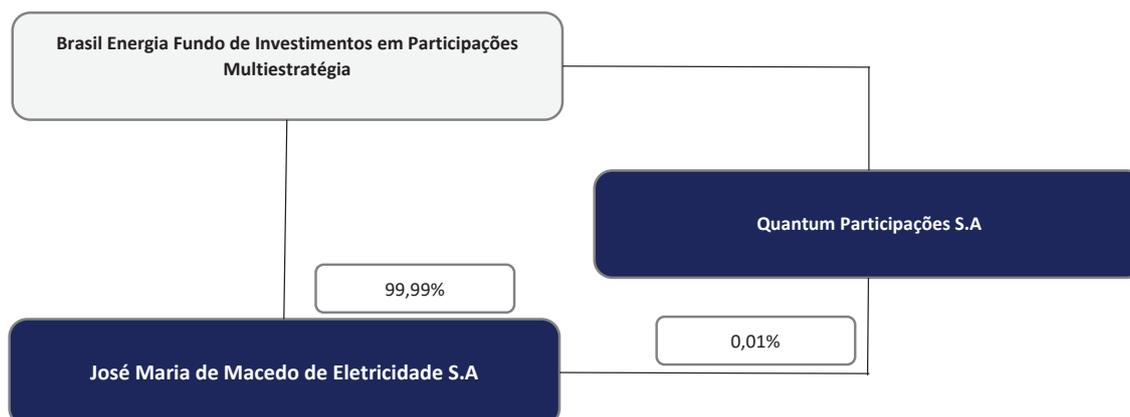
A COMPANHIA

A José Maria de Macedo de Eletricidade S.A é uma concessionária de transmissão de energia que tem como propósito a operação e manutenção de seus ativos com alta eficiência operacional para garantir a plena disponibilidade da infraestrutura para o sistema nacional. A companhia é uma sociedade por ações, constituída em 12 de maio de 2014 e sediada em São Paulo – SP. As linhas de transmissão estão localizadas nos estados da Bahia e Piauí. A concessionária possui atualmente 761 quilômetros de linhas de transmissão e 6 subestações, e está 100% em operação. A Receita Anual Permitida Líquida (RAP) permitida para o ciclo 2021/2022, é de R\$ 220 milhões de reais.

Localização



ESTRUTURA SOCIETÁRIA



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



VISÃO E VALORES

Visão: Ser uma das operadoras mais relevantes do setor, garantindo a maximização de valor com sustentabilidade.

Nossos Valores:

- **Valorização dos Colaboradores:** Prezamos e reconhecemos o trabalho de forma colaborativa, respeitando e envolvendo as pessoas para alcançar resultados de qualidade.
- **Ética e Transparência:** Assumimos o compromisso de perseguir nossos objetivos por meio de uma conduta de integridade, honestidade, transparência e coerência em todo o nosso negócio.
- **Senso de Dono:** Incentivamos nosso time a assumir responsabilidades. Promovemos um ambiente que estimule à iniciativa, buscando resultados com excelência e eficácia.
- **Saúde e Segurança:** Promovemos um ambiente de trabalho saudável em que os colaboradores contribuem para um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança e saúde.
- **Stakeholders Engagement:** Promovemos diálogos com nossos stakeholders (acionistas, órgãos governamentais e reguladores, e comunidades), entendendo e considerando suas perspectivas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia está em constante aperfeiçoamento, buscando manter sempre práticas sólidas de governança para garantir a confiança contínua de seus stakeholders (acionistas, comunidades, órgãos governamentais e reguladores), colaboradores e investidores. Isso envolve uma revisão constante de como a evolução da legislação, diretrizes e melhores práticas refletem suas abordagens. A Companhia tem uma gestão focada nos mais altos padrões de governança e segurança operacional dos ativos. Isso se estende a todos os funcionários e terceiros que prestam serviços.

Atualmente, a Diretoria é composta por 3 (três) membros, um Diretor Presidente, um Diretor Técnico, e um Diretor Financeiro que acumula o cargo de Diretor de Relações com investidores.

CÓDIGOS E POLÍTICAS

A governança corporativa da Companhia está fundamentada em integridade, ética, transparência, inclusão, responsabilidade corporativa e social. Para isso, sua estratégia leva em conta a adoção de boas práticas, tanto no cumprimento da legislação pertinente, quanto no tocante ao segmento de transmissão de energia e dos mercados em que atua. Os valores e a cultura organizacional da Companhia são detalhados em códigos, normas e políticas corporativas que orientam tanto a condução dos negócios quanto o relacionamento entre essas empresas e os diferentes públicos com os quais interage. Esses documentos são desenvolvidos, revisados e atualizados periodicamente, a fim de assegurar sua compatibilidade com o cenário interno e externo.

A Companhia dispõe de um canal de denúncias denominado Canal Confidencial, amplamente divulgado via comunicação interna através da intranet e site institucional. O Canal Confidencial é um canal para comunicação segura e, se desejado, anônima, de condutas que violem o Código de Conduta Ética Profissional da Companhia, e/ou de qualquer lei, norma ou regulamento que pode ser utilizado por todos, desde colaboradores até o público externo. Existem três formas de utilização do canal: (i) via telefone; (ii) internet (endereço eletrônico); ou (iii) e-mail. A denúncia é gerida por uma empresa terceirizada, profissional e independente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ambiente Regulatório

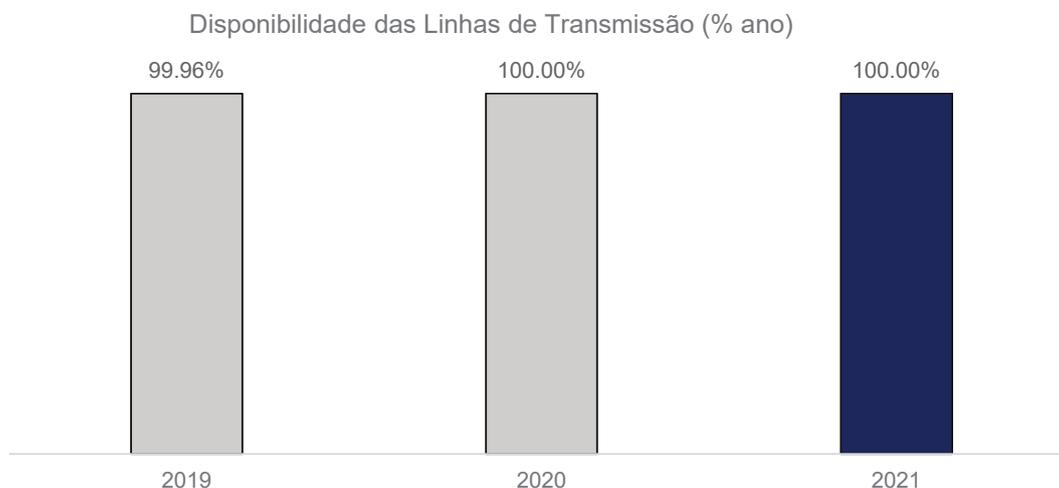
O segmento de transmissão é o menos arriscados no setor de energia tanto no quesito operacional quanto financeiro (risco de crédito), conhecido por sua resiliência. Isso se dá, principalmente pelo fato das receitas serem pagas com base na disponibilidade dos ativos, reduzindo assim os riscos de mercado (demanda) aos quais os segmentos de distribuição e geração tornam-se mais expostos. Além disso, o setor conta com mecanismos de garantia, coordenados pelo ONS, que conferem ao segmento estabilidade quanto a riscos de inadimplência.

No que diz respeito ao ambiente regulatório, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e possuem um marco regulatório completo e consistente.

A Companhia está inserida no tipo de contrato de transmissão datado de 2008 em diante, onde são garantidos às transmissoras mecanismos de reajustes tarifários anuais a cada 1º de julho com base na variação acumulada do IPCA de 12 meses com referência ao mês de maio de cada ciclo tarifário, além de revisões tarifárias periódicas no 5º, 10º e 15º ano após a assinatura do contrato de concessão, operacionalizados pela ANEEL. Nesse contexto, a Companhia espera manter o perfil de altas margens e geração de caixa consistente.

Disponibilidade das Linhas de Transmissão

A Companhia manteve a alta performance operacional apresentada nos anos anteriores, apresentando 100% de disponibilidade. Abaixo destacamos o histórico de disponibilidade das linhas de transmissão do ativo.



EBITDA REGULATÓRIO

EBITDA Regulatório	2021	2020
Receita Bruta	236.229	210.374
(-) Deduções	(24.894)	(22.250)
Receita Operacional Líquida	211.335	188.124
(-) Serviços de terceiros	(15.615)	(18.357)
(-) Seguros	(1.269)	(1.090)
(-) Outras despesas	(168)	(228)
EBITDA Regulatório	194.283	168.449
Margem EBITDA	91,93%	89,54%

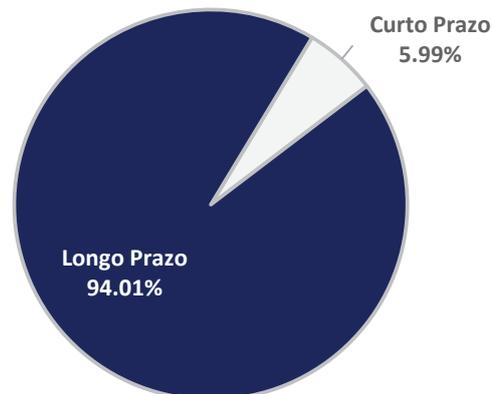
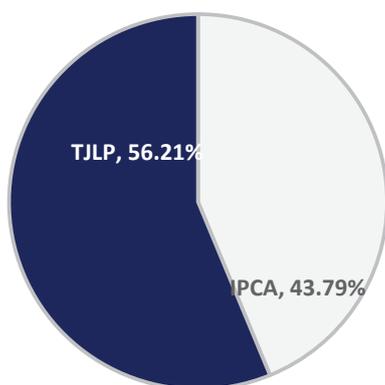
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Conciliação EBITDA Regulatório	2021	2020
Lucro Líquido	34.564	51.122
(-) Impostos	(5.083)	(23.473)
(-) Resultado Financeiro	120.132	97.447
(-) Depreciação	44.670	43.353
EBITDA Regulatório	194.283	168.449

ENDIVIDAMENTO

A companhia encerrou o ano de 2021 com uma dívida bruta de R\$ 1.078 milhões e um caixa total de R\$ 130 milhões, o que resultou em uma Dívida Líquida de R\$ 948 milhões, 1,82% inferior ao ano anterior. A principal exposição da Companhia é à TJLP, na qual 56,21% da dívida está indexada e o restante ao IPCA. Do saldo devedor, apenas 5,99% vencem em até 12 meses, afirmando o perfil de longo prazo da estrutura de dívida da companhia.

Endividamento (em R\$ mil)	2021	% Dív. Bruta	2020	% Dív. Bruta
Curto Prazo	64.524	5,99%	60.420	5,59%
IPCA	24.182	2,24%	21.070	1,95%
TJLP	40.341	3,74%	39.350	3,64%
Longo Prazo	1.013.316	94,01%	1.021.064	94,41%
IPCA	447.834	41,55%	417.679	38,62%
TJLP	565.482	52,46%	603.384	55,79%
Dívida Bruta	1.077.840	100,00%	1.081.484	100,00%
IPCA	472.016	43,79%	438.749	40,57%
TJLP	605.823	56,21%	642.734	59,43%
Caixa Total	129.527	12,02%	115.621	10,69%
Dívida Líquida	948.313	87,98%	965.863	89,31%

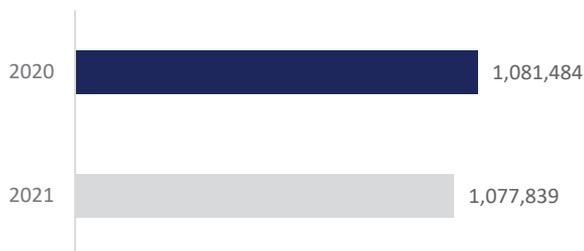
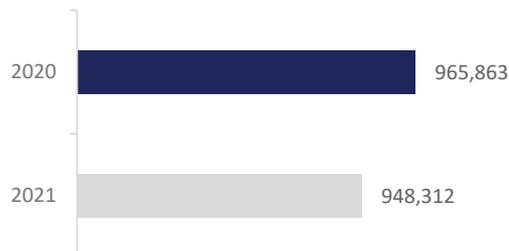


(R\$ mil)

Instrumento	Instituição Financeira	Indexador	Spread	Volume Emitido	Data do 1º Desembolso	Data de Vencimento Última Parcela	Amortização
-------------	------------------------	-----------	--------	----------------	-----------------------	-----------------------------------	-------------

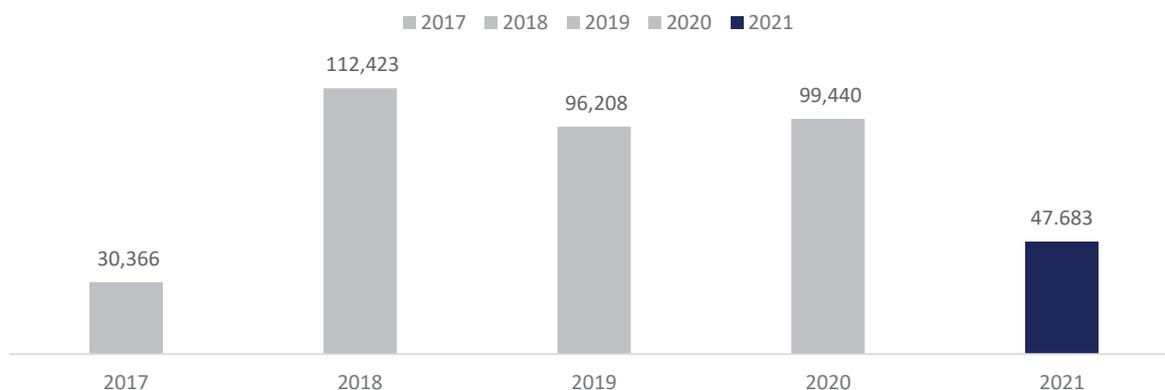
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

FINEM	BNDES	TJLP	2,17%	673.990	15/05/2018	15/09/2032	Price/Sac
Debênture	Bradesco	IPCA	8,28%	395.000	23/07/2018	15/03/2036	Customizada

Dívida Bruta**Dívida Líquida**

*valores em R\$ mil; fora de escala

Rating: em novembro de 2021, a agência Fitch atribuiu à 1ª Série de Debêntures de JMM o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(bra)', com perspectiva estável. O rating reflete a maturidade financeira e operacional da empresa e a relativamente baixa complexidade da operação, além da reduzida volatilidade e a previsibilidade dos custos de operação e manutenção ao longo do ciclo de vida dos ativos.

LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO

Listamos abaixo os principais fatores que impactaram na variação do lucro líquido em 2021 em comparação ao exercício de 2020:

Lucro Bruto: houve uma queda de 27,6% devido à revisão da Receita de Construção em decorrência do término da construção da infraestrutura e transferência da gestão da concessão para o único e atual acionista Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em abril de 2021. Em contrapartida, houve uma redução de 20,9%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



nos custos e despesas, resultado, principalmente, de melhoria na estrutura de custos em decorrência de sinergias operacionais resultante da incorporação da empresa à estrutura de gestão das demais empresas do fundo.

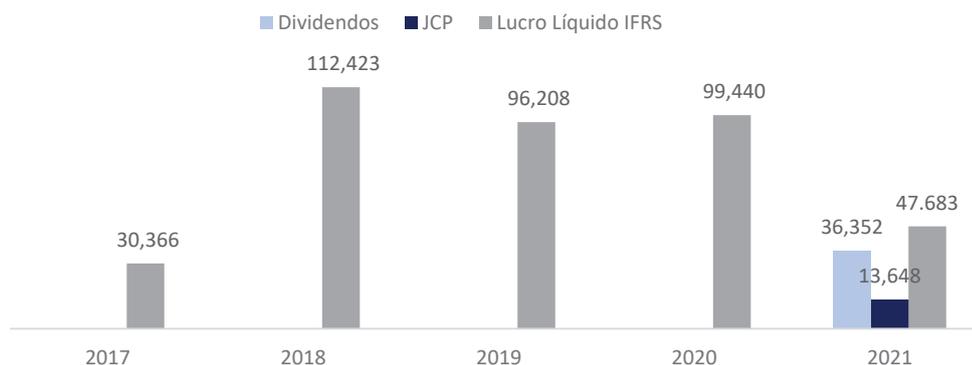
Resultado Financeiro: em 2021 houve uma queda de 23,2% em relação ao ano anterior devido, principalmente, a aumento do IPCA, sobre o qual 43,8% da dívida está indexada.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A Companhia tem como diretriz no seu Estatuto Social a distribuição de no mínimo 25% do seu Lucro Líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal, a seus acionistas em forma de Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), observado a situação econômica da empresa.

Em 2021 a companhia realizou seu primeiro evento de distribuição de recursos, totalizando R\$ 50 milhões, dos quais R\$ 13,6 milhões como Juros Sobre Capital Próprio e R\$ 36,3 milhões como dividendos.



RECURSOS HUMANOS

Atentos aos impactos e desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus, seguimos com nosso compromisso em relação a saúde e segurança de todos os colaboradores e seus familiares. A Companhia implementou diversas medidas de proteção, dentre elas a testagem de seus funcionários, adaptação do escritório, inclusive com a redução pela metade da sua capacidade total, adotando assim o regime de rodízio semanal entre os colaboradores que estiverem vacinados e o uso obrigatório de máscaras, além de realização de palestras com médicos e especialistas e a criação de comitê executivo exclusivo para tratar e discutir assuntos relacionados a pandemia.

RESPONSABILIDADE SUSTENTABILIDADE E SOCIAL

Responsabilidade Ambiental

A importância atribuída à transmissão de energia elétrica é inegável, uma vez que esta proporciona desenvolvimento cultural e econômico às mais diversas regiões do Brasil e em suas diferentes vertentes. Tal notoriedade também é atribuída às questões de monitoramento e manutenção ambiental, uma vez que estas proporcionam sinergia entre as

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



operações, o ambiente e as comunidades existentes no entorno imediato ou atingidas por determinado empreendimento.

A dimensão ambiental da Companhia, está fundamentada na legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho, assim como na execução de programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”) foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia com vigência até emissão deste relatório.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a EY prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP	02/07/2021	Exercício 2021
Emissão de relatório de Índice de cobertura sobre Dívida	02/07/2021	Exercício 2021

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a EY declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Companhia ou Transmissora”), controlada pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e está estabelecida na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111 e 112, sala 03, Itaim Bibi, CEP: 04530-001 - São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Orolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Orolândia II, 157 km;
- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Orolândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Orolândia - Morro do Chapéu II, 125 km e
- LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

O Contrato de Concessão exigiu a entrada em operação comercial em 27 de março de 2018. Por conta de uma emissão de Licença de Instalação em seu menor trecho, no qual corresponde a 1,75% de sua Receita Anual Permitida (RAP) - LT 230kv Igaporã III - Pindaí II, 50km, este trecho foi energizado e disponibilizado para entrada em operação comercial em 17 de abril de 2020, ficando, então, o projeto integralmente concluído.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$144.600 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.2. Impactos do Covid-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, terceiros e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Em 2020 foi criado o Comitê de Covid-19, responsável pelo planejamento de contingências para lidar com a situação e o programa de monitoramento médico, com a contratação de consultoria especializada para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. O Comitê têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de carácter preventivo com cada estágio da pandemia.

A partir de 01 de setembro de 2021, os colaboradores do escritório corporativo iniciaram a retomada gradativa do trabalho presencial na modalidade de trabalho híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à Covid-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Covid-19, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo as equipes divididas e revezando os grupos de colaboradores uma semana de forma presencial e uma semana em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Impactos do Covid-19--Continuação

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelas Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo elas, estão evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2022.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 3.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentados em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximos, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receita e despesas por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativo e passivo no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Ativo contratual (nota explicativa nº 3.2 e nº 8) - critério de apuração e remuneração do ativo contratual;
- Impostos diferidos (nota explicativa nº 3.3 e nº 12) - reconhecimento e mensuração.
- Provisão para contingências (nota explicativa nº 3.4 e nº 19) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

2.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros (não derivativos), que são mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 18.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

i) *Classificação e mensuração subsequente*

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros*

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros—Continuação

iv) *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.2. Ativo contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo contratual--Continuação

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP (Receita Anual Permitida), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47/IFRS 15 - receita de contratos com clientes. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo contratual--Continuação

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47/IFRS15 e do CPC48/IFRS9 que devem ser

observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis:

- (I) A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação.
- (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

3.3. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e conseqüentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação do ativo fiscal diferido é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se apresentarem mesma natureza.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada da demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.6. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados.

3.8. Demonstração de fluxo de Caixa (“DFC”)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Companhia classifica os juros pagos e os dividendos recebidos como atividade de investimento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno de seus investimentos

3.9. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)--Continuação

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

3.10. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

3.11. Segmento operacional

Segmento operacional é definido como atividades de negócio do qual pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O segmento operacional da Companhia consiste na atividade de transmissão de energia.

3.12. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando:

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante--Continuação

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.13. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Imposto de renda sobre os dividendos

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

4. Novas normas e interpretações

4.1. Novas normas e interpretações

Normas emitidas e vigentes

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

A companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

A Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

4. Novas normas e interpretações--Continuação

4.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas e vigentes--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

No entanto, a norma não se aplica à Companhia por não existirem contratos de arrendamento vigentes no ano de 2021.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

4. Novas normas e interpretações--Continuação

4.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante--Continuação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de Políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

4. Novas normas e interpretações--Continuação

4.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis--Continuação

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	1	1
Bancos	14	6.568
Aplicações financeiras (a)	60.198	42.897
	<u>60.213</u>	<u>49.466</u>

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 102,6% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Banco Santander	CDB	100,1% CDI	-	7.080
Banco Bradesco	CDB	102,6% CDI	-	26.857
Banco Itaú	Compromissada	75% Compromissada	-	8.960
BTG	Fundo	115,3% CDI	60.198	-
			<u>60.198</u>	<u>42.897</u>

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

5.1. Contas bancárias vinculadas

Refere-se a conta vinculada ao financiamento e as debêntures. A receita da Companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário conforme regra contratual.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas bancárias vinculadas	6.966	6.554
	6.966	6.554

6. Aplicações vinculadas

Refere-se, basicamente, à conta reserva constituída, de acordo com os respectivos contratos de financiamentos e debêntures, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação financeira vinculada	62.348	59.601
	62.348	59.601

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bradesco Fundos	Fundos	89% Fundos	62.348	59.601
			62.348	59.601

7. Concessionárias e permissionárias

Contas a receber de concessionárias e permissionárias:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Concessionárias e permissionárias	25.167	21.578
	25.167	21.578
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Títulos a vencer	24.400	21.165
Títulos vencidos em até 90 dias	379	48
Títulos vencidos há mais de 90 dias	388	365
	25.167	21.578

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

7. Concessionárias e permissionárias--Continuação

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

8. Ativo contratual

O Ativo contratual inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção.

31/12/2020	Receita de construção	Receita de O&M	Remuneração do Ativo contratual	Recebimentos	31/12/2021
2.342.512	(83.374) (i)	12.265	256.551	(210.688)	2.317.266
31/12/2019	Receita de construção	Receita de O&M	Remuneração do Ativo contratual	Recebimentos	31/12/2020
2.271.639	-	17.742	279.184	(226.053)	2.342.512
				31/12/2021	31/12/2020
Circulante				71.268	83.980
Não circulante				2.245.998	2.258.532
				2.317.266	2.342.512

(i) Refere-se à revisão da receita de construção em decorrência do término da construção da infraestrutura, marcada pela transferência da gestão da concessão para o único e atual acionista Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em abril de 2021.

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão:

- Receita Anual Permitida - RAP - a prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

8. Ativo contratual--Continuação

Contrato de concessão de serviços--Continuação

- Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo contratual de concessão indenizável

Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora.

A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

8. Ativo contratual--Continuação

Ativo contratual de concessão indenizável--Continuação

- Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão.
- Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis.

Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

9. Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviços e Materiais	801	202
Provisões	1.733	2.491
	<u>2.534</u>	<u>2.693</u>

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

10. Financiamentos e debênturesa) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	31/12/2021	31/12/2020
BNDES Subcrédito A	BRL	15/09/2032	TJLP314 + 2,17%	595.292	631.581
BNDES Subcrédito B		15/12/2032	TJLP314 + 2,19%	10.533	11.153
Debêntures	BRL	15/03/2036	8,28% + IPCA	472.016	438.750
(-) Custo de captação				(13.170)	(14.077)
Total de empréstimos e financiamentos				1.064.671	1.067.407
Circulante				63.616	59.803
Não circulante				1.001.055	1.007.604
				1.064.671	1.067.407

b) Movimentação em 2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Amortização de principal	Juros	(-) Custo transação a amortizar	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2021
BNDES Subcrédito A	631.581	(36.370)	41.282	-	(41.201)	595.292
BNDES Subcrédito B	11.153	(622)	732	-	(730)	10.533
Debentures	438.750	(11.386)	80.521	-	(35.869)	472.016
(-) Custo de captação	(14.077)	-	-	907	-	(13.170)
Total	1.067.407	(48.378)	122.535	907	(77.800)	1.064.671

c) Movimentação em 2020

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Amortização de principal	Juros	(-) Custo transação a amortizar	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2020
BNDES Subcredito A	665.778	(33.841)	44.197	-	(44.553)	631.581
BNDES Subcrédito B	11.738	(579)	782	-	(788)	11.153
Debentures	426.594	(6.361)	52.538	-	(34.021)	438.750
(-) custo de captação	(14.984)	-	-	907	-	(14.077)
Total	1.089.126	(40.781)	97.517	907	(79.362)	1.067.407

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

10. Financiamentos e debêntures--Continuação

c) Movimentação em 2020--Continuação

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto JMM, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas de TJLP + 2,17% mais estáveis, portanto trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. Há cláusula de *covenants* prevista no respectivo contrato. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todas as cláusulas restritivas “*covenants* financeira” estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e Índice de Capital Próprio) e também “*covenants*” não financeiras/ cláusulas restritivas incluindo as de vencimento antecipado foram cumpridas.

Debêntures

Com o objetivo de financiar custos associados ao Projeto JMM, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas em 2018 mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação.

O Coordenador (Bradesco) é instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizado a operar no mercado de capitais, e concordou em realizar a distribuição das debêntures junto ao público com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição. As garantias reais são outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos, *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o BNDES e os debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). Esta emissão conta com cláusulas restritivas (*covenants* financeiro e não financeiros) sendo que em 31 de dezembro de 2021 foram cumpridas.

Os vencimentos das parcelas do passivo circulante e não circulante são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	59.803
2022	63.616	50.545
2023	56.192	56.083
2024	61.708	61.144
Após 2024	883.155	839.832
Total financiamentos e debêntures	1.064.671	1.067.407

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

11. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo	
	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores (1)		
Quantum Participações S.A.	219	-
Cymi Construções e Participações	-	314
Setec Soluções Energéticas	-	1.214
Total	219	1.528
	Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020
O&M		
Setec Soluções Energéticas (4)	-	(8.510)
G&A (2)		
Quantum Participações S.A.	(2.497)	-
Setec Soluções Energéticas	-	(8.364)
Reembolso de mão de obra (3)		
Quantum Participações S.A.	(921)	-
Total	3.418	16.874

- (1) Refere-se ao saldo a pagar no âmbito das despesas gerais e administrativas (2) e do reembolso de mão de obra (3), detalhados abaixo.
- (2) Refere-se ao contrato de compartilhamento de custos celebrado entre a Companhia e a Quantum Participações S.A., para regular o rateio e alocação dos custos e despesas de atividades administrativas de fato compartilhadas entre as partes, de acordo com os critérios de rateio regulatório, conforme anuído pela Aneel.
- (3) Refere-se ao reembolso feito pela Companhia à Quantum Participações S.A. em virtude da alocação de mão-de-obra operacional de pessoal nos atendimentos aos projetos relacionados aos Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e Contratos de Conexão às Instalações de Transmissão (CCT). O valor reembolsado pela Companhia à Quantum Participações S.A. é, por sua vez, reembolsado à Companhia pelas acessadas com as quais a Companhia celebra os referidos contratos de CCI e CCT, razão pela qual os valores não são abarcados pelo G&A celebrado entre a Companhia e a Quantum Participações S.A.
- (4) Saldo refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia, não observado em 2021 pois em 2020 a Setec fazia parte da gestão Cymi e por isso era considerada como parte relacionada;

a) Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2021, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores são remunerados pela Quantum Participações S.A, que efetua o repasse através de rateio das despesas administrativas (que inclui a remuneração dos seus administradores) para as concessões que estão sob sua gestão.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

12. Impostos diferidos**12.1. PIS e COFINS diferido**

	<u>31/12/2021</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS diferido	38.235	(326)	38.561
COFINS Diferido	176.112	(1.500)	177.612
	<u>214.347</u>	<u>(1.826)</u>	<u>216.173</u>

	<u>31/12/2020</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS diferido	38.561	(1.253)	37.308
COFINS diferido	177.612	(5.768)	171.844
Total	<u>216.173</u>	<u>(7.021)</u>	<u>209.152</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo/passivo					
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(30.656)	(5.083)	(25.573)	(374)	(25.199)
Lucro diferido da construção	9.817	(553)	10.370	(2.610)	12.980
Receita de Ativo Financeiro/AVP	107.216	10.073	97.143	17.506	79.637
Ajuste IFRS 15/CPC 47	80.093	(3.356)	83.449	23.985	59.464
Adoção Inicial CPC 47	74.874	-	74.874	-	74.874
Outras provisões	621	621	-	-	-
Não circulante	<u>241.965</u>	<u>1.702</u>	<u>240.263</u>	<u>38.507</u>	<u>201.756</u>

<u>Detalhamento do não circulante</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo	(30.656)	(25.573)
Passivo	272.621	265.836
Ativo/passivo diferidos	<u>241.965</u>	<u>240.263</u>

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 8 anos:

<u>Períodos</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2022	6.646	3.528
2023	7.660	3.071
2024	5.487	4.834
2025	3.334	3.531
2026	4.171	4.460
2027	3.358	5.271
2028	0	878
Total	<u>30.656</u>	<u>25.573</u>

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito é de R\$476.001, dividido em 476.001 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

O Capital Social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária	31/12/2021			31/12/2020			
	Quotistas	Qntd ações	Valor (em reais)	Qntd ações	Valor (em reais)	Valor (em reais)	
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações		476.000.999	99,9999998%	476.000.999	238.000.500	50,0000000%	238.000.500
Cymi Construções e Participações		-	-	-	238.000.500	50,0000000%	238.000.500
Quantum Participações S.A.		1	0,0000002%	1	-	-	-
Total		476.001.000	100%	476.001.000	476.001.000	100%	476.001.000

b) Política de dividendos

Na data de 28 de abril de 2021 conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada às 09:30 horas, os acionistas renunciaram aos dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2020, no montante de R\$ 21.659, os quais foram destinados para reserva de lucro.

Na data de 28 de abril conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada às 13:00, foi aprovado a declaração e o pagamento, aos acionistas, de juros sobre o capital próprio e dividendos originários da Reserva de Lucros constituída pela Companhia até o final do exercício de 2020 no montante de R\$ 13.648 e R\$ 36.352 respectivamente. Os valores foram totalmente pagos na mesma data de deliberação.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido--Continuaçãob) Política de dividendos--Continuação

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor de dividendos mínimos apurado foi de R\$11.325 e esse montante foi deliberado via JSCP ao longo do ano cujo valor foi de R\$ 28.396. Como o valor deliberado antecipadamente é superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, desta forma, não é necessário complementar a provisão de dividendos mínimos obrigatórios.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro do exercício	47.683	99.440
(-) Reserva legal	(2.384)	(4.972)
(-) Reserva de incentivo fiscal	-	(7.832)
	<u>45.298</u>	<u>86.636</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>11.325</u>	<u>21.659</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	11.325	21.659
JSCP (i)	(28.396)	-
Provisão de dividendos mínimos obrigatórios	-	<u>21.659</u>

(i) Valor provisionado no ano longo do exercício de 2021 de Juros Sobre Capital Próprio é superior ao dividendos mínimos obrigatórios devidos no exercício, sendo assim não foi necessária a realização da provisão de dividendos mínimos obrigatórios..

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº4722/2019 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ, emitido em 26 de dezembro de 2019, foi garantido à Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de Lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

f) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Número de ações ordinárias no início do exercício	476.001	476.001
Número de ações ordinárias ao término do exercício	476.001	476.001
Lucro líquido do exercício	47.683	99.440
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício	476.001	476.001
Lucro básico e diluído por ação - em reais	<u>0,10</u>	<u>0,21</u>

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Conseqüentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

14. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de construção - Ativo contratual	(83.374)	-
Remuneração do ativo contratual	256.551	279.184
Receita de operação e manutenção - Ativo contratual	12.265	17.742
Outras receitas	25.525	(6.908)
Receita operacional bruta	<u>210.967</u>	290.018
(-) PIS e COFINS	(20.101)	(26.508)
(-) Encargos setoriais (i)	(2.967)	(2.762)
Dedução da receita	<u>(23.068)</u>	(29.270)
Receita operacional líquida	<u>187.899</u>	260.748

(i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida--Continuação

<u>Operação e manutenção</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de Operação e manutenção	12.265	17.742
Custo de Operação e manutenção	(8.373)	(9.055)
Margem de O&M	3.892	8.687
Margem percebida (%)	32%	49%

15. Custos e despesas por natureza

	<u>Custos</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviço de O&M	(8.373)	(9.055)
Serviços de terceiros	(1.276)	(1.785)
Material	(1.308)	(1.788)
Pessoal	-	(1)
Seguros	(1.269)	-
Outras	(154)	(4)
	(12.380)	(12.633)
	<u>Despesa</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Serviços de terceiros (a)	(5.988)	(9.303)
Outras despesas	(14)	(1.318)
	(6.002)	(10.621)
Total	(18.382)	(23.254)

(a) Refere-se substancialmente a serviços de gestão empresarial, serviços de assessoria jurídica e assessoria contábil.

16. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência, está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de aplicações financeiras	3.929	1.762
Outras receitas financeiras	210	328
(-) Pis e Cofins sobre receita financeira	(166)	-
Receitas financeiras	3.973	2.090
Juros de financiamento e debêntures	(122.535)	(97.518)
IOF	(169)	(56)
Outras despesas financeiras	(1.401)	(1.963)
espesas financeiras	(124.105)	(99.537)
Resultado financeiro líquido	(120.132)	(97.447)

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) societário antes do IRPJ e da CSLL	49.384	49.384	140.047	140.047
Ativo Financeiro Realizado	158.432	158.432	148.518	148.518
Ativo contratual CPC 47/IFRS 15	(182.198)	(182.198)	(255.801)	(255.801)
Juros sobre capital próprio	(42.045)	(42.045)	-	-
Compensação Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	-	-	(9.427)
(+) Outros	(1.826)	(1.826)	-	-
Base de Cálculo	(18.253)	(18.253)	32.764	23.337
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%		10%	
Total dos tributos correntes	-	-	(8.167)	(2.100)
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	8.167	-
Total dos tributos correntes	-	-	-	(2.100)
Total dos tributos diferidos	(481)	(1.221)	(28.314)	(10.193)
Despesa total com tributos	(481)	(1.221)	(28.314)	(12.293)
Alíquota efetiva	3,45%		29,00%	

18. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Risco de mercado.
- (iii) Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

i) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo contratual e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Risco de crédito	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	60.213	49.466
Contas bancárias vinculadas	5.1	6.966	6.554
Aplicação financeira vinculada	6	62.348	59.601
Ativo contratual	8	2.317.266	2.342.512
Concessionárias e permissionárias	7	25.167	21.578
		2.471.960	2.479.711

- Caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras vinculadas - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

i) *Riscos de crédito*--Continuação

- Concessionárias e permissionárias - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST:
(i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG; e (ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

ii) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

ii) *Risco de mercado*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

<u>Instrumentos financeiros por indexador</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	60.198	42.897
Aplicações financeiras vinculadas (CDI)	62.348	59.601
Passivos financeiros		
Financiamento (TJLP)	605.825	642.734
Debentures (IPCA)	472.016	438.750

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN, publicado na data 07 de janeiro de 2022

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

ii) *Risco de mercado*--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Aplicação financeira - Caixa e equivalente	60.198	Queda da taxa CDI	1.695	1.285	865
Aplicações financeiras vinculada	62.348	Queda da taxa CDI	1.756	1.330	896
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
CDI (%)			11,75%	8,81%	5,88%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 11,75% para o período, conforme dados divulgados pelo BACEN publicado em 07 de janeiro de 2022

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP e IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos financeiros					
BNDES - Subcréditos A e B	605.824	Aumento da TJLP	7.902	9.830	11.740
Debêntures	472.016	Aumento do IPCA	11.448	14.187	16.880
Referência para passivos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			5,32%	6,65%	7,98%
IPCA + 6,80 (%)			10,06%	12,58%	15,09%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 5,32% e 10,06% respectivamente para o período, conforme dados do BACEN publicado em 07 de janeiro de 2022

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

ii) *Risco de mercado*--Continuação

- Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - a Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

iii) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2021. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	2.534	2.534	-	-
Financiamentos e debêntures	1.077.841	83.960	167.998	650.432
	1.080.375	86.494	167.998	650.432

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras (incluindo as vinculadas)	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias a permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	Categoria
Fornecedores	Custo Amortizado
Financiamentos e debêntures	Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas- contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Concessionárias e permissionárias - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- Financiamentos e debêntures - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c) Hierarquia do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificado e divulgados com os níveis a seguir:

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Hierarquia do valor justo--Continuação

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Descritivo		31/12/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicação financeiras (caixas e equivalentes)	Nível 2	60.198	60.198	42.897	42.897
Aplicação financeira vinculada	Nível 2	62.348	62.348	59.601	59.601
Total		122.546	122.546	102.498	102.498

Descritivo		31/12/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Financiamentos (BNDES)	Nível 2	605.825	605.825	642.734	642.734
Debêntures	Nível 2	472.016	472.016	424.673	424.673
Total		1.077.841	1.077.841	1.067.407	1.067.407

19. Contingências

A Companhia é parte em demandas trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

19. Contingências--Continuação

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2021 estavam assim representadas:

	31/12/2021	
	Qtde.	Montante
Cíveis	5	9.550
Fiscais	5	1.384
Fundiárias	3	175
Judicial	1	132
	14	11.241

A principal causa classificada com expectativa de perda considerada possível está relacionada ao mandado de Segurança ajuizado pela Companhia contra a ANEEL com o objetivo de não ter descontada parcela variável por indisponibilidade de suas instalações até o final do processo administrativo perante a ANEEL. O valor estimado da causa é de R\$ 6.904.

20. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2021 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Limite da indenização	Vigência
Riscos operacionais	Tokio Marine	200.000	30/09/2022
Responsabilidade civil	Chubb Seguros Brasil	30.000	30/09/2022
Responsabilidade civil profissional	Austral Seguradora	3.400	23/08/2022
Responsabilidade civil para gestores	AIG Seguros Brasil	20.000	31/07/2022

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

21. Compromissos assumidos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- Contrato de O&M - contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda., e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M).

A remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da RAP pela Companhia. No ano de 2021 foram cobrados R\$9.008 (*R\$8.510 em 2020*).

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$2.640 por ano.

Daniel Araujo do Pinho
Diretor Financeiro e Relação com Investidores

Thais Rodrigues Ponciano
Contadora Responsável
CRC-1SP282352/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 8, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R\$ 2.317.266 mil (2.342.512 mil em 31 de dezembro de 2020).

O reconhecimento do ativo contratual e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo contratual de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo; (v) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso;

(vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo contratual adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas

até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Em cumprimento aos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CVM nº480/09, os abaixo assinados, Diretores da TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.728.083/0001-00, com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais nº 102, 111 e 112, sala 01, Itaim Bibi, CEP 04530- 001 (“Companhia”), declaram que:

Revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 30 de março de 2022

Juan-Gabriel Lopez Moreno
Diretor Presidente

Daniel Araújo do Pinho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Em cumprimento aos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CVM nº480/09, os abaixo assinados, Diretores da TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.728.083/0001-00, com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais nº 102, 111 e 112, sala 01, Itaim Bibi, CEP 04530- 001 (“Companhia”), declaram que:

Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 30 de março de 2022

Juan-Gabriel Lopez Moreno
Diretor Presidente

Daniel Araújo do Pinho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores